

Teologia, Economia e Ecologia

**Síntese da Semana Teológica realizada no ITESC
nos dias 20 a 24 de setembro de 2010**

I Conferência: A encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI

Conferencista: Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, scj,
então Arcebispo Metropolitano de
Florianópolis

Texto: neste número de “Encontros Teológicos”,
pp.107-116.

II Conferência: Questões ecológicas em Santa Catarina

Conferencista: Luiz Fernando Scheibe / UFSC

Debatedora: Suzana Cordeiro Trebein / FATMA

Relatores: Fernando Baraúna e Wellington da Silva

O Estado de Santa Catarina é formado por quatro grandes grupos de rochas: sedimentos recentes, continentais e marinhos; embasamento cristalino; rochas sedimentares Gondwânicas da Bacia do Paraná; e basaltos e outras rochas vulcânicas da formação da Serra Geral. As questões ecológicas estão muito ligadas a essa distribuição geológica do Estado.

Os sedimentos recentes, continentais e marinhos, restringem-se à faixa litorânea. Os sedimentos marinhos são predominantemente depósitos de praias atuais, constituídos por areias e depósitos de mangues, mais argilosos; os continentais são depósitos aluvionares e coluviais, na base das encostas ou preenchendo os vales dos rios principais; ou ainda, depósitos de dunas, ao longo do litoral. Esses tipos de sedimentos são basicamente provenientes da erosão de rochas das serras e montanhas do



litoral que, pela grande quantidade de chuvas nessa região, são levadas pelos rios, depositando-se em suas margens. Esses processos, que vem ocorrendo nos milhares de anos, é que foram dando origem às grandes planícies que vemos no litoral. Esse processo continua a acontecer. A questão polêmica é que é nessas regiões que se concentra grande parte da população. Assim, o que seria um fenômeno natural, passa a ser considerado um desastre natural, já que a erosão, causada principalmente em regiões montanhosas, acaba atingindo populações e causando prejuízos. O problema não é a natureza, mas a forma como o homem ocupou essas áreas. A fim de evitar danos à população, como os que têm ocorrido recentemente no Estado, ou ao menos para minimizar os impactos dos desastres naturais, é necessário localizar e demarcar essas áreas de risco, evitando ocupações.

Embasamento cristalino compreende o segundo grupo de rochas que compõem a solo catarinense. Aflora numa faixa norte-sul com largura de 50 km, desde o limite com o Paraná até a cidade de Morro da Fumaça. São rochas antigas, que sofreram grande deformação e movimento. Elas estão entre as mais antigas do Brasil, de modo especial as que se situam mais ao norte catarinense.

O terceiro grupo é formado pelas rochas sedimentares Gondwânicas da Bacia do Paraná. Assim denominadas, pois são provenientes do supercontinente *Gondwana*, que deu origem a todos os atuais continentes, graças ao movimento das placas tectônicas. Trata-se de rochas constituídas por várias camadas, correspondendo a argilitos bem compactados que formam uma espécie de cascalho. É nelas que se encontra o carvão, resultado de florestas que foram encobertas pela água e que sofreram ação de bactérias anaeróbicas¹.

Hoje, ao extrair o carvão e utilizá-lo como fonte energética, está-se permitindo que todo o gás carbônico nele acumulado seja devolvido novamente à atmosfera. A questão é se a exploração carbonífera, feita

¹ No período Permiano (entre 270 e 230 Ma), ocorreu o desenvolvimento de densas florestas que, cobertas pelas águas e submetidas à ação de bactérias anaeróbicas, à pressão e ao aumento de temperatura pelo soterramento, vieram a constituir as camadas de carvão da formação do Rio Bonito. Acredita-se que toda essa floresta encoberta pela água, há mais de duzentos milhões de anos, retirou carbono da atmosfera de forma maciça, garantindo uma atmosfera mais adequada para a vida, especialmente para os mamíferos, animais de sangue quente, que necessitam de muito oxigênio.



pelo homem, está causando as possíveis mudanças que se observam no clima.

A extração do carvão é causa de muitos problemas ecológicos, presentes no Estado catarinense. Entre eles está o problema da *perita*. A *perita* é um sulfeto de ferro presente nos rejeitos do carvão. Ao entrar em contato com a atmosfera, o sulfeto, juntando-se à água, gera ácido sulfúrico. Esse ácido acaba sendo lançado nos rios, assim como outros metais, ocasionando a contaminação das águas no sul do Estado. Esse tipo de contaminação configura um dos maiores problemas ambientais de Santa Catarina. Problema também significativo são as minas abandonadas e as imensas áreas de aterro para onde se encaminhavam os rejeitos de carvão sem quaisquer precauções.

Após o período em que se originou o carvão, formou-se, nos chamados períodos Triássico e Jurássico (entre 250 e 150 Ma), um imenso deserto, conhecido no Brasil como *Deserto de Botucatu*, originando um pacote de arenitos porosos e permeáveis, com 100 a 200m de espessura: o atualmente famoso *Aquífero Guarani*².

Cerca de 180 milhões de anos atrás teve início o processo de fragmentação do Gondwana, conhecido como *Tectônica de Placas*. À medida que os continentes se afastavam, à razão de alguns centímetros por ano, o magma basáltico proveniente do manto da terra ia se depositando no fundo dos novos oceanos que se formavam. Esse mesmo tipo de magma penetrava pelas antigas fraturas da crosta continental, reativadas pelos movimentos tectônicos, espalhando-se então em camadas sucessivas sobre as areias do deserto de Botucatu, e formando um pacote com espessura de centenas de metros de rochas vulcânicas básicas, intermediárias e ácidas da *Formação Serra Geral*. Temos aqui os basaltos e outras rochas vulcânicas da formação Serra Geral, que correspondem ao quarto grupo de rochas presentes no Estado.

O aquífero Guarani, que é uma reserva incomensurável de água, está protegido pelo basalto, que se encontra acima do aquífero. Trata-se do aquífero Serra Geral. É desse aquífero que provém toda a água de poços no Estado. Ele é a fonte de água mais utilizada. Mas deve-se ter precauções quanto ao seu uso. Para entender isso, veja-se onde estão as

² Aquífero é a rocha onde há um armazenamento de água que pode ser utilizada. O Aquífero Guarani é constituído de rochas sedimentares pertencentes à Bacia Sedimentar do Paraná. Dessas rochas que compõem o aquífero, a mais importante é o Arenito Botucatu, depositado gradualmente desde cerca de 180 milhões de anos atrás.



reservas de água doce no mundo: 68% está nas calotas polares, 29,9% são subterrâneas, 0,9% está em lagos e rios, e 0,9% em outras fontes. Somente 0,3% estão presentes nos rios. Mesmo assim, trata-se de muita água, e com um diferencial: renova-se constantemente pelo ciclo hidrológico. Diferentemente da água subterrânea, que não se renova com a mesma facilidade e rapidez.

É grande a poluição dos rios em Santa Catarina. No sul, o problema decorre da exploração do carvão. Na região da grande Florianópolis e vale do Itajaí, deve-se ao precário sistema de saneamento básico, além dos agrotóxicos utilizados na agricultura, em regiões rurais. No centro do Estado, a poluição dos rios vem das grandes fábricas de papel/celulose. Já no oeste, são a agroindústria e a suinocultura as responsáveis pela poluição das águas fluviais. Solução existe, e ela passa pela adoção de sistemas de produção menos poluentes.

Devido à poluição das águas superficiais, busca-se extrair a água subterrânea. Contudo, as águas superficiais se renovam constantemente devido às chuvas, o que não ocorre com as águas subterrâneas, que têm uma renovação lenta.

A grande concentração de poços em Santa Catarina se dá na região oeste, por causa da poluição das águas fluviais. A água subterrânea é responsável por cerca de 50% do abastecimento de água nessa região. O aquífero Guarani até agora está protegido, mas com o uso constante das águas do aquífero Serra Geral, pode-se chegar à sua degradação.

Para conscientizar sobre a importância e como deve ser usada essa reserva de água, está sendo desenvolvido o Projeto rede Guarani Serra geral, com seis grandes metas: hidrogeologia e recuperação ambiental; qualidade da água; políticas públicas; marco jurídico; educação e tecnologias alternativas; e coordenação da REDE.

Debatedora: Susana Cordeiro Trebein
– Bióloga e técnica da Fatma

Apoiando-se na conferência do professor Scheibe, Susana Trebein argumentou que Santa Catarina enfrenta grandes questões ambientais e que, na base dessa realidade, está o ser humano marcado pelo imediatismo. Nosso Estado apresenta uma intensa ocupação do solo, processo iniciado com a chegada dos imigrantes europeus, no século XIX. Eles não tinham um conhecimento adequado do relevo e das condições



geográficas, ao se estabelecerem em determinadas áreas. Muito menos buscaram valorizar as contribuições das populações que aqui habitavam. A ocupação do solo se deu basicamente pela agricultura e pelo desmatamento. Atualmente, começamos a dar-nos conta de quantos problemas poderiam ter sido evitados se tivesse havido, no passado, um planejamento sustentável.

Trebein não deixou de destacar alguns dos problemas ecológicos que mais preocupam nosso Estado. Entre eles: a ocupação desordenada, principalmente no litoral, a falta de saneamento básico, a agroindústria e suas consequências, o problema das minas de carvão no sul e a dificuldade de acesso a água no oeste, a ocupação desordenada do litoral catarinense. Diante desses desafios, sente-se a necessidade do zoneamento ecológico econômico, de uma maior socialização dos conhecimentos junto às populações e uma maior presença das instituições públicas. A bióloga sublinhou também as hidrelétricas e as PCHs (pequenas centrais elétricas) que estão sendo construídas, e as possíveis consequências nocivas ao ecossistema. Por fim, ela lamentou a inexistência de uma secretaria estadual do meio ambiente e dos recursos hídricos em Santa Catarina. Trata-se de um descuido com aquilo que deveria ser fundamental.

Esclarecimentos do Prof. Scheibe

Quanto ao problema das minas de carvão, salientado pela bióloga, Scheibe afirmou que, de fato, esse não é apenas um problema de sobrevivência, mas, sobretudo, de consumismo e acumulação. Isto se torna mais grave quando se observa a realidade dos mineiros e sua relação com as mineradoras. Os mineiros são quase comparados a materiais de consumo. Eles se aposentam aos quinze anos de trabalho. Quando já estão doentes, com as forças debilitadas, eles são aposentados e o governo passa a arcar com os custos. Lembra o professor que a questão de saúde não se restringe apenas aos mineiros, mas a toda a população, que também sofre com problemas respiratórios decorrentes da extração do carvão.

Outro desafio ligado à ecologia, levantado pela técnica da Fatma, refere-se ao acesso à água em Santa Catarina, especialmente na região oeste. Scheibe argumenta que a estiagem existe, mas apenas em algumas áreas e por breves períodos. O problema é que geralmente esses períodos coincidem com os ciclos da agricultura, causando grande perda. A mesma coisa acontece com a suinocultura, que necessita de contínuo acesso à água. Para ajudar as populações a lidar com os problemas de-



correntes da falta de água, está sendo organizado o projeto Rede Guarani Serra Geral. O professor explica que é meta dessa iniciativa induzir a um melhor aproveitamento da água, evitando sua poluição e possíveis contaminações dos aquíferos. Ele lembra também que as fezes dos suínos contaminam consideravelmente as águas. Entretanto, os coliformes fecais não sobrevivem por muito tempo. O mais alarmante são outros materiais que são expelidos junto à urina e às fezes desses animais, que afetam a saúde humana. Há locais em que o problema é tão sério, que mesmo fontes subterrâneas estão sendo contaminadas por esse tipo de resíduo animal.

Mas não só a água dos rios e poços merece atenção. Há também problema na água engarrafada, quanto à sua qualidade. Em muitos casos, a água que chega às nossas torneiras pela rede de distribuição é de melhor qualidade do que as vendidas em garrafas. E, ligado à suspeita quanto à qualidade da água engarrafada, surge a o problema das garrafas PET, muitas vezes não recicladas.

Observando os problemas apresentados, Scheibe adverte que o sistema montado não está voltado à sobrevivência humana. O fim último é sempre o capital, o lucro. “O capitalista não é bom. Se ele for bom, vai à falência”, afirma. Prega-se um modelo de desenvolvimento, que nada mais é que se libertar das amarras de tudo e todos à volta, saindo do ambiente restrito. A ideologia do desenvolvimento sustentável é uma incógnita: até que ponto é realmente sustentável? Desenvolvimento sustentável é uma forma de desenvolvimento que merece ser sustentável, pela sua qualidade.

Por fim, ele dá seu parecer quanto ao acesso à água no oeste. Um poço atrás do outro vai provocar uma diminuição na quantidade de água nos aquíferos. Se não houver um controle, a fonte secará. Referente às hidrelétricas e PCHs, o professor usa o exemplo do Rio Uruguai, que está virando uma “escadinha”. O lago de uma barragem chega até ao da outra barragem. Esses lagos estão sendo usados para criação de outras espécies de peixes. Há assim, uma interferência biológica nos rios.

Outros esclarecimentos

O último momento foi aberto aos participantes da conferência. Perguntou-se ao professor se há preocupação dos órgãos públicos quanto à saúde ambiental e humana, visto o problema das minas de carvão,



destacando-se a região de Lauro Müller. Segundo o professor Scheibe, há uma tendência atual de controle por parte de órgãos ambientais. As questões, com o tempo, vão sendo atenuadas. Quanto às zonas carboníferas, houve ações contra mineradoras que foram condenadas a recuperar áreas degradadas. O meio utilizado nesse trabalho é cobrir os depósitos de resíduos do carvão com argila. O professor ressaltou que esse método vem trazendo alguns resultados na melhora da qualidade da água de alguns rios. A argila evita que a água entre em contato com o material resultante da extração do carvão, rico em metais e elementos que contaminam a água, que acabavam parando, posteriormente, nos rios.

Scheibe também aproveitou o momento para chamar a atenção para a situação em que se encontram os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e preservação do meio ambiente. Ele resalta o caso da Fatma, que carece da consistência necessária para atuar em todo o Estado. Faltam técnicos e há grande influência política nas decisões. O que conta é o dinheiro e o desenvolvimento.

Referente à usina de fosfato em Anitápolis, aprovada inicialmente pelos órgãos competentes, Scheibe afirmou que há capacidade explorativa de fosfato na região. O problema é que o volume de resíduos seria muito grande, chegando a 92% de todo o material a ser extraído. Somente 8% são aproveitados. A produção de material estéril é muito grande. Em outras jazidas, esse material é utilizado para outros fins, o que não aconteceria no caso de Anitápolis. A sugestão da empresa que pretende explorar a área era de acumular esses estéreis em barragens no Rio Pinheiro, formando duas extensões planas. Só que a jazida fica na raiz de um antigo vulcão e está no caminho de chuvas torrenciais. A área é de extremo risco de enxurradas. Logo, as barragens colocariam a população em risco. Uma solução seria extrair e moer toda a rocha e utilizá-la para enriquecimento do solo no próprio Estado, garantindo melhor produtividade no agronegócio. Seria uma forma de exploração que não devastaria o meio ambiente e traria muitos benefícios.

Outro questionamento direcionou-se para o problema do estabelecimento de limites para o uso das terras ao longo dos leitos dos rios. O professor observou que reduzir a área de proteção de trinta para cinco metros é um grande risco. Parece que só o lado econômico está sendo observado.

Por fim, perguntou-se: Por que a ciência não tem alertado as populações acerca dos perigos da má relação do ser humano com o meio



ambiente? Segundo Scheibe, as pesquisas são muito recentes, a ciência não previu tal situação. Hoje existe entendimento sobre os problemas, mas o que se deve buscar mesmo são as razões, os motivos reais. Os problemas ambientais não são fruto do uso irracional dos recursos ambientais. Em cada atitude há sempre uma razão forte. A “razão” está ligada com a razão de consumo, de acúmulo... A ciência está evoluindo e mostrando muitos caminhos. A questão é que há uma indisposição para a necessária mudança radical nos hábitos de consumo.

III conferencia – Análise Conjuntural da Economia Catarinense

Expositor: Prof. Glauco Corte / FIESC

Debatedor: Roberto Iunskovski / ITESC

Relatores: Kelvin Kons e Marlon Malacoski

A economia, essencial na vida humana, deve ter como referencial o ser humano. Nos últimos anos tivemos uma forte crise financeira, que abalou o panorama da economia mundial. Países como Grécia, Itália e Portugal, ainda encontram dificuldades em superar a crise. Os países desenvolvidos foram os que mais sofreram, diferentemente dos países emergentes, que tiveram até um pequeno crescimento. O Brasil se insere nesse cenário como um país emergente, sendo um dos menos afetados pela crise. Para os próximos anos, a previsão econômica é que os países desenvolvidos cresçam, mas os emergentes cresçam mais ainda. Vislumbra-se, portanto, um quadro otimista.

Nosso país perde a oportunidade de poder crescer mais, devido à escassez dos investimentos públicos. O que nos ajuda muito ainda são os investimentos privados. Isso se torna um dos obstáculos maiores para o crescimento. Enquanto muitos países emergentes crescem em ritmo mais acelerado, de modo mais eficaz, por causa dos investimentos públicos, nós ainda ficamos a desejar, tendo uma infraestrutura que ainda é deficiente.

Um dos fortes fatores que nos ergueram no ano passado, diante de toda a crise mundial, foi o consumo das famílias. Também os gastos do governo foram expressivos também. O mercado interno é que se manteve. O governo incentivou o consumo. O crédito tornou-se amplo, com diversas facilidades. Nenhum banco quebrou, houve participação acionária, um tanto de junções, mas nenhum problema de crédito. E isso se deve a um trabalho anterior de saneamento bancário.



O setor que mais foi atingido pela crise foi a indústria, mas que já obteve um considerável crescimento neste ano, e irá liderar o crescimento no próximo ano. Tivemos gerações de novas vagas de empregos, bom desempenho nas exportações. Mas enquanto não eliminarmos o problema da infraestrutura, não serão superados os limites do crescimento. Também irão progredir os investimentos e o consumo das famílias. Os investimentos do governo se manterão, provavelmente. Precisariam aumentar, investindo mais e melhor em infraestrutura.

Atualmente, a renda das famílias retornou ao ritmo pré-crise (o mais alto patamar da última década) e, houve um aumento significativo do salário mínimo (quase 10%), que irrigou a economia. O aumento do salário mínimo último foi o dobro da inflação, aumentando o poder aquisitivo das famílias. As pessoas abaixo da linha da pobreza seriam o dobro, se não fosse esse crescimento. Houve uma mudança extraordinária na ascensão de classe das famílias: cresce a classe C (de 45 a 49%). Classes A e B (15 a 16%). As classes D e E reduziram (de 40 para 35%). Em 2005 era quase 30% de pobreza absoluta, diminuiu para 11,5%. Aumentou o emprego e o poder aquisitivo. Redução de cerca de 60% de desemprego.

Santa Catarina

Nosso Estado é composto de 50% de homens e 50 % de mulheres, um pouco diferente da configuração nacional, composta de 49% de homens e 51% mulheres. O Brasil corre o risco da desindustrialização precoce, mas o setor industrial ainda é o que mais emprega, seguido do de serviços. O que é mais predominante em nossa economia é a “microempresa”. Santa Catarina possui um percentual de 93% de microempresas, outros tantos de pequenas empresas, que empregam um total de 56% dos empregados. As empresas de grande porte constituem apenas 1% e empregam 25%. É necessário estarmos cientes dessa realidade, uma vez que as políticas de governo não levam em consideração essa situação: uma microempresa não tem condições de pagar um salário tão bom quanto uma grande empresa.

Participação no PIB catarinense:

	2003	2007
Indústria	32,88%	35,7%
Agropecuária	10,82%	7,2%
Comércio e serviços	56,30%	57,1%



Santa Catarina é líder nacional na produção de cebola e maçã, segundo em arroz e fumo. Terceiro em trigo e bananas. Mesmo tendo um território pequeno, dá uma contribuição expressiva. É também o segundo Estado na produção de frango. Primeiro em suíno e pescados.

A atividade industrial catarinense se compõe de: 17,29% alimentos; por isso nosso crescimento não foi grande comparado ao restante; 9,76% máquinas, aparelhos e materiais elétricos; 8,69 % vestuário; 7,54% têxtil. Nota-se que é diversificada a produção. Há polos bastante distintos, característicos, mas com padrões de desenvolvimento basicamente equilibrados. Desse modo, possuímos o 2º maior PIB per capita do Brasil. Tivemos uma boa recuperação na geração de empregos. Em 2009 eram quase 30 mil. Neste ano chegamos a cerca de 85 mil. A área que mais contribuiu foi a metal-mecânica e a têxtil de vestuário. Esse crescimento de empregos pode ser considerado a melhor notícia para SC, pois o que dá dignidade para a pessoa é a carteira de trabalho assinada. Santa Catarina é o primeiro Estado brasileiro nessa relação de carteira assinada.

Nas exportações estamos abaixo da média do Brasil, porque a grande maioria dos produtos que são exportados nós não produzimos, como minérios etc. Um destaque da exportação nossa é o frango e, agora, o fumo. Do fumo não somos os produtores em si, mas processadores. Já na importação, temos uma média bastante alta. Enfim, um fator importante a ser destacado e que prejudica a nossa economia é que 20% de nossa produção se perde na logística (transportes, burocracia etc.), que é o dobro do que é nos EUA. Superando problemas como esse, nosso crescimento poderá apresentar um quadro mais otimista ainda.

Debate:

Prof. Roberto Iunskovski: O modelo de desenvolvimento econômico e a oportunidade de acesso ao crédito por outro modelo

Pensando a realidade vivida no Brasil e Santa Catarina nos últimos anos, sob a perspectiva econômica, veem-se alguns aspectos mais positivos. Entretanto, poderíamos nos questionar sobre o modelo que subjaz à ideia de crescimento econômico e que norteia a economia de nosso País e de nosso Estado. O crescimento econômico torna-se um fato em



Santa Catarina, mas tem de outro lado as suas preocupantes consequências: nosso Estado apresenta um alto índice de êxodo rural, levando a concentração da propriedade para determinados setores. A indústria do carvão acarreta consequências gravíssimas, como a poluição demasiada e os problemas sérios de saúde nos mineradores. Ainda somos um dos piores países na distribuição de renda, apesar de esse aspeto em Santa Catarina não ser tão grave. Crescimento, sim, mas a custa de quê?

Um segundo ponto é a questão da crise financeira. Um dos elementos que garantiram a diminuição do seu impacto foi o consumo das famílias, e nele a questão do crédito. Hoje, alguns setores mostram o crescimento da inadimplência. Registra-se uma dificuldade de saldar essas dívidas. Dentro do crédito, temos a grande dificuldade da concentração do sistema financeiro nacional: três ou quatro grupos com quase 90% do dinheiro do Brasil. Bancos com rendimentos díspares em relação àqueles que produzem. Para financiar uma casa, fora os programas do governo, os juros dão um valor altíssimo no final das contas (quase 10%). O cooperativismo de crédito, apesar de ser pequeníssimo, já causa uma provocação nos grandes grupos. É nos últimos anos que se está recuperando: já constitui 2% dos ativos, mesmo com diversos movimentos que visam prejudicá-lo. Porque as pessoas hoje não se associam numa cooperativa, onde irão pagar menos taxas?

Prof. Glauco:

Visão mais otimista. A melhora da saída da pobreza foi mais pelo emprego do que pela bolsa-família. Ajudou a diminuir a desigualdade. O que faz a diferença é o emprego. Todas as ações, por isso, devem ter um destinatário: o ser humano, o trabalhador. O problema, antes, era só o devastamento. Agora, é só reflorestamento. O carvão é melhor do que há décadas atrás. É mais difícil aprovar usinas de carvão, por força dos avanços, das exigências. Os tempos mudaram. Por força das novas legislações e fiscalizações, as atividades são menos prejudiciais.

A inadimplência não deve crescer, pois, se as pessoas estão empregadas, terão como saldar suas dívidas. Certamente as cooperativas de crédito devem ser mais incentivadas. Os bancos ganham demais, cobram demais. O governo não incentiva muito as cooperativas, e os grandes bancos comerciais não gostam. O problema do êxodo rural não é tão grave atualmente. Mais que o êxodo, a urbanização está chegando no campo. As cidades do interior já têm até faculdade. A taxa de desemprego



nacional que gira em torno de 8% a 10%, em Santa Catarina se constitui em torno de 7% a 8%. Hoje há falta de trabalhador em SC.

Professor, o senhor lembrou que, em cinco anos, a pobreza diminuiu em Santa Catarina de 30% a 11%. Com este dado podemos afirmar que a pobreza atual é diferente da pobreza de cinco anos atrás? É “um tipo de pobreza diferente”?

O pobre não mudou. Mas está reduzido em número. Os que estão ascendendo, têm um padrão de vida diferente dos dessa classe há 10 anos, com as facilidades e propagação da tecnologia, os benefícios do progresso, acesso facilitado à habitação.

Sobre a configuração das exportações, suínos e fumo ainda sustentam o agricultor em suas propriedades. A Cáritas favorece a transição do cultivo do fumo para o de alimentos. Como fica essa problemática?

Santa Catarina está deixando de produzir o fumo. Nossas propriedades são menores. Somos grandes exportadores do fumo, porque recebemos a matéria prima do Rio Grande do Sul, e aqui nós processamos.

Quando se falou em micro e pequenos empresários, houve um “brilho nos olhos”, como uma saída econômica. O senhor visualiza uma concorrência entre a microempresa (que tem mais facilidades de impostos etc.) e a grande empresa? Não se cria uma sobrecarga de tributação nas grandes empresas?

Nosso Estado é favorável ao andamento das microempresas. Elas não se afetam tanto com as grandes crises pela sua estrutura, uma vez que quase não exportam, tem menos empregados etc. Porém as políticas sobre o andamento dos empreendimentos acabam por favorecer a estagnação das microempresas. Se a microempresa avança, começa a ter maiores tributos e burocracias. Por isso preferem ficar onde estão, ou então abrem outras microempresas. O empregado negligente também se beneficia com a legislação do trabalho. Há quem “crie caso” para ser despedido e receber os benefícios.

O custo desse desenvolvimento é a precarização do trabalho: os danos corporais, terceirização, desresponsabilização social e ecológica, o colapso da previdência. E quem paga a conta é o trabalhador. O que o professor tem a dizer sobre essa questão?

O maior custo é o emprego. As políticas do governo e a legislação fornecem boas condições de trabalho. Por isso é importante que se



favoreça a terceirização: que a empresa se preocupe com seus objetivos finalísticos, com aquilo que é o seu específico. Diante disso é preciso haver alterações na legislação, que é antiga e acaba não acompanhando o crescimento e as mudanças na configuração da economia.

Como o senhor percebe a participação da juventude no mercado de trabalho? Ela tem apresentado a qualificação necessária? Quem está concluindo a universidade tem encontrado fácil acesso ao mercado?

Há um problema: não há áreas que aceitem funcionários sem qualificação profissional. Um dos recursos para ajudar nessa questão seriam as aulas profissionalizantes, ao lado das aulas normais. Empresas com programas de recrutamento, programas que viabilizem a contratação de recém-formados.

Prof. Glauco, o senhor afirmou que hoje em Santa Catarina o interior está se urbanizando. Isso significa que, no panorama estadual, o êxodo rural tem diminuído? Se diminuiu, por quê?

Vejam os o êxodo rural: porque tem diminuído tanto? As condições do campo são melhores: estradas, acessos asfálticos, escolas, faculdades. Os investimentos vão um pouco para o interior. Se tivéssemos mais investimentos, com aeroportos, estradas decentes etc, a população do campo aumentaria. Com uma logística que custa muito: gastos de envio, transportes e tudo o mais, as coisas demoram mais, e conseqüentemente saem mais caro. Na área da educação fundamental e educação profissional o quadro é ruim, o professor não é valorizado. Falamos de crescimento nas escolas, mas a educação é de péssima qualidade.

IV conferência: Economia de comunhão

Conferencistas: Empresário Sergio Pina
Professor Mauricio Serafim – UDESC
Ana Fatima Athias – Mov. Focolari
Empresária Milena Cordova



V conferência – aspectos da Economia catarinense

Conferencista: Prof. Armando Lisboa / UFSC

Debatedor: Jornalista Estela Benetti

Relatores: Nicanor Alves de Lima
e Emerson Henrique Citadin.

Falar numa “economia catarinense” pode ser um grande equívoco, uma ilusão. Ao olhar para os estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, vê-se uma atividade econômica fortemente concentrada em pólos: Curitiba (Ponta Grossa); Porto Alegre (Caxias). O mesmo não ocorre em Santa Catarina. Em nosso Estado a economia está voltada para polos regionais, com suas respectivas peculiaridades: metalurgia (Joinville – Jaraguá), têxtil (Vale do Itajaí), moveleira (Planalto Norte), agroindústria (Oeste – Meio Oeste), cerâmica (Sul), prestação de serviços, turismo e tecnologia (Florianópolis). Essa é a característica de Santa Catarina: somos mais distributivos do que os Estados vizinhos. Uma economia de várias “Catarinas”, regiões relativamente independentes.

Essa gama distributiva deve-se ao estilo de nossa imigração, no caso, europeia. O dinamismo de nossos imigrantes possibilitou a pulsão e diversificação da economia. No entanto, o preço foi a fragmentação cultural e regional. Não é observável em Santa Catarina uma economia que vise à unidade produtiva.

Entretanto, o nosso Estado é marcado pelo macro-processo econômico. A macro esfera intervém aqui. É o que presenciamos, sobretudo, em três lugares: a desapropriação de camponeses em Ibituba, onde ocorreu a interferência e a agressão policial, envolvendo a Votorantim. Outro caso, oportuno de ser lembrado, é a instalação da mina de fosfato, em Anitápolis, e seu possível impacto ambiental. E, mais próximo de nossa realidade, o projeto de construção de um estaleiro na baía norte da ilha de Santa Catarina, pelo grupo econômico de Eike Batista. Para tanto, medidas públicas nacionais e estaduais precisam ser tomadas! No passado, assistimos à construção de uma ferrovia que originou a revolta do Contestado. A empresa Brazil Railway Company, de propriedade do estadunidense Percival Farquha, tinha o objetivo de construir uma ferrovia e, ao mesmo tempo, reivindicava a aquisição e exploração das terras vizinhas.



Temos vantagens, mas não somos um modelo próprio. O mosaico econômico catarinense é real, mas não podemos acreditar que formamos uma economia própria diante da grande economia nacional. Quando se fala em “economia catarinense”, ocultam-se esses vínculos mais amplos, enfocando apenas os elementos nossos (provincianos), e invisibilizando esse jogo maior, dentro da perspectiva de nação, a que estamos ligados. As contradições nacionais estão presentes aqui, e “Santa” Catarina não é tão santa assim.

Um sonho: nossas dificuldades locais não devem impedir-nos de desejar um projeto de economia regional. Por isso, devemos ter a coragem de buscar uma integração estadual em vista da esfera nacional. No entanto, no momento presente, devemos ser realistas, pois as macrodinâmicas capitalistas são imperantes em nossas perspectivas econômicas. Em virtude dessa regionalidade, o Estado carece de personalidades políticas, de lideranças com projeção nacional: não temos representantes com força expressiva.

Essa ilusão de que a diversidade configura um modelo próprio, tem-nos impedido de pensar o Brasil. Ficamos presos ao local. Desse modo, não conseguimos pensar os grandes projetos. Acreditamos possuir um modelo próprio (regionalidade), mais equilibrado; mas isso nos debilita para enfrentar os verdadeiros problemas. Em Santa Catarina não temos uma percepção de conjunto, e exogenamente somos conduzidos às práticas governamentais federais. É um consenso de quem trabalha nessa área: devemos sair dessa discussão de um “modelo catarinense”. Não há um modelo catarinense, o que existe é uma variedade regional.

Intervenção de Stela Benetti

A economia catarinense é um modelo dividido desde a colonização. Mas é verdade que vivenciamos uma cultura de apreço à beleza e educação, um protótipo europeu que herdamos de nossos pais. Nossas indústrias oferecem razoáveis opções de trabalho, mas ao custo de baixos salários, talvez por sermos dependentes de uma iniciativa federal. Por isso, entende-se que, no funcionalismo público, ocorre o contrário: bons salários e estabilidade de emprego. Outro aspecto curioso é o fenômeno da sazonalidade dos empregos em nossas áreas litorâneas. Muitas cidades de beira mar gerenciam seus capitais em torno dos ciclos turísticos.



O caso do Grupo Votorantin e a instalação da mina de fosfato, na região de Anitápolis, têm como objetivo a administração de recursos, que possibilitem a geração de empregos diretos e indiretos; mas a fosfateira pode ocasionar a poluição daquela região. O possível estaleiro de Eike Batista talvez seja instalado no estado do Rio de Janeiro. A intenção é a construção de um estaleiro que obedeça às ordens ambientais, respeitando toda a geografia e ecossistema local. O interesse na região, por parte do grupo empresarial de Eike Batista, seria por causa da qualificação de nossa gente nas áreas de informatização de software, a tradição no ramo metal-mecânico, bem como a especialização da construção naval adquirida na região de Itajaí. A perspectiva de produção seria de seis navios por ano; e as dependências, do porto desse estaleiro, seriam utilizadas para o atracamento de navios, em vista de um turismo marítimo regional.

A economia catarinense, para melhorar, precisa de investimentos na educação e, conseqüentemente, uma qualificação dos professores. Existem dificuldades no sistema educacional que precisam ser sanadas. Para tanto, requerem-se políticas de incentivo que valorizem o rendimento e o ingresso dos estudantes no campo universitário, a exemplo do sistema ProUni (Programa Universidade para Todos).

Perguntas dos participantes

Pe. Valter Maurício Goedert – As empresas devem respeitar as normas ambientais, sim. Porém, não existe indústria que não polua. Se ficarmos numa posição radical, nunca construiremos nada. O que não se pode esquecer é a preocupação com os impactos no meio ambiente. As grandes empresas devem se comprometer em afetar o menos possível. Não podemos ter uma posição radical, é necessário um jogo de cintura. Santa Catarina tem a característica da regionalidade. O que pode ser negativo, quando as regiões não se unem por um motivo maior.

Prof. Armando – Não sou contra o Projeto do Estaleiro. Quero chamar a atenção sobre a existência de um bastidor nacional. Não é uma articulação casual, há um jogo por trás. Do mesmo modo, não se pode negar o impacto para a região. As mudanças afetarão radicalmente as condições de vida da região. Temos que pensar além da condição econômica. Esse é o melhor lugar? E por trás disso: em que projeto de nação apostamos, com esse modelo?



Pergunta: O modelo político catarinense de Secretarias Regionais não seria um empecilho à unidade política estadual? O caminho não seria uma maior centralização?

Stela Benetti: Não acredito no modelo de descentralização como se dá aqui. O grande problema é o aumento dos gastos com o funcionalismo público. Perde-se dinheiro que se deveria aplicar em outras áreas (educação e saúde). Algo positivo das secretarias é a descentralização de algumas decisões. Seria interessante uma campanha, nos meios de comunicação, a fim de unir os catarinenses.

Ao mesmo tempo em que a economia é descentralizada, outros aspectos não o são, como as Universidades públicas. Somente agora, 50 anos após sua fundação, é que a Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, avança para outras regiões.

Pe. Roque Favarin: A provocação do Prof. Armando coloca em xeque o modelo de desenvolvimento atual e quem o pratica. Acredita-se que “desenvolver” é sinônimo de uma indústria que se instala e gera empregos. Não se pensa nas consequências. Isso leva a pensar: o que é “desenvolvimento”? Vai beneficiar a quem? O desenvolvimento deve ser sempre da escala humana, sendo que as necessidades locais devem exigir os investimentos. Como criar uma nova sociedade? Como fazer as pessoas terem mais voz? Implicado nisso está o modo como nós consumimos as coisas. É o consumo que sustenta os grandes projetos.

Prof. Armando: Caso houvesse uma real descentralização, as decisões sobre esses grandes projetos deveriam passar pelas comunidades locais, segundo o princípio da subsidiariedade. Para o corpo humano a obesidade é um problema, apenas cresce a barriga. O que estamos construindo não é para o corpo social, mas apenas para crescer a barriga. Quer dizer, os grandes projetos não são para resolver a pobreza, apenas para continuar enriquecendo a poucos.

Ademar: A indústria do meio ambiente é uma das que mais crescem no Estado. Como você vê a indústria ambiental?

Prof. Armando: Ecologicamente não somos uma “ilha”, estamos vinculados com a América Latina e com o mundo. O que está aqui é a macro-dinâmica. As queimadas do cerrado, no norte do país, influenciam na seca do oeste catarinense. O que me espanta é a não veiculação de muitas informações, sobretudo das queimadas. No belo modelo catarinense,



o grupo que domina a comunicação em Santa Catarina é um monopólio comunicativo, a RBS, governada por um gaúcho.

Fabiana: Sofremos um problema na educação, cada vez mais voltada para a técnica. As pessoas são ensinadas a apertar botões e não conseguem discutir política. Como estamos discutindo a questão climática? As mudanças aqui? Como pensamos o modelo social?

Prof. Stela: Os professores têm a liberdade de ensinar além da matéria. O que falta é o tempo para preparar as aulas, como também a remuneração adequada. Os professores deveriam orientar melhor os alunos.

Prof. Dietrich: Que modelo de sociedade a gente quer? Na imprensa aparecem mais as vozes dos grandes interesses do que as das vítimas. Quem são as vítimas desse modelo de exploração? As humanas e ambientais. São essas vozes que devemos fazer ecoar.

Prof. Armando: Concordo em parte com essa afirmação. Ao falar de “vitimização” podemos cair em erro, marcando uma posição polarizada. Todos somos autores (exploradores) e vítimas; somos vítimas e vitimadores.

VI Conferencia: A Teologia face à Economia e seus desafios

Conferencista: Jung Mo Sung
Debatedor: Pastor Renato Becker/IECLB – Joinville
Relatores: Armando Rafael Acquaroli
e Claudemir Serafim

Primeiramente, é mister situar a reflexão da economia no âmbito da teologia. A economia é uma face da Doutrina Social da Igreja, que é uma parte da Moral Social. Esta, enquanto disciplina, ainda é muito recente, dado que o primeiro livro que a aborda é de 1976. Não obstante, a separação entre teologia moral e sistemática se dá a partir de Kant.

“Seguir Jesus define o cristão. Refletir sobre essa experiência é o tema central da teologia”, diz Gutierrez. Teologia é a reflexão crítica sobre os dados da fé. Hoje há um conflito entre estudantes que vêm em busca da teologia a partir de uma experiência de fé, e outros, mais interessados numa reflexão sistemática que se pretende como ciência.



Ser cristão significa seguir os passos de Jesus, o que implica um contexto de caminho. Ora, o caminho que trilhamos é perpassado de modernidade. De que modo? Antes de qualquer outra característica, é própria do mundo moderno a questão econômica. Caímos na tentação de achar que a modernidade é o que os modernos comentam a seu respeito: oposição entre fé e razão; religião é coisa de crianças, mulheres e pobres; oposição entre secular e religioso, isto é, a Igreja não tem que discutir questões políticas. O progresso é a boa nova do mercado. A modernidade liberal é o primeiro movimento que propõe uma boa nova não religiosa. Aquilo que a religião promete para depois da morte, o capitalismo liberal o realiza agora. Portanto, desloca-se o paraíso.

As três formas de morte que mais se temem são estas: fome, doença, guerra. No entanto, tudo isso é solucionado pelo capitalismo. A fome é resolvida com o crescimento econômico. As doenças são curadas com o progresso da medicina e dos remédios. E as guerras são solucionadas com o movimento do capital. Por conseguinte, a modernidade capitalista tira o paraíso do céu e o foca no mundo, substituindo a Igreja pelo Mercado.

Afinal, qual é a missão da Igreja? Santo Tomás de Aquino diz que sabemos mais de Deus o que Ele não é, do que o que Ele é. O que precisamos é desmascarar a idolatria, discernindo os falsos deuses modernos e apontando o Deus verdadeiro.

A primeira tentação idolátrica é pensar que o deus que se tem na cabeça é o Deus verdadeiro. Weber, o filósofo do desencantamento, diz que, assim como os antigos da Grécia ofereciam sacrifícios aos seus deuses, hoje as pessoas continuam oferecendo-os a deuses impessoais. Isso significa que a razão moderna tenta racionalizar o irracional.

Não é verdade que o mundo moderno perdeu o critério da verdade. Mamom é o critério universal abstrato, o dinheiro, os números, as porcentagens, as medidas, os lucros... Precisamos contrapor a isso um critério efetivo: Deus, que é amor/solidariedade e relação de comunidade. Portanto, seguir Jesus é possibilitar que as pessoas experimentem Deus na relação concreta de comunidade.

A razão moderna idolatrou o deus dinheiro e com ele racionalizou o irracional. Matar milhões de pessoas para acumular riquezas é irracional. Mas, para tudo isso, buscou-se dar uma razão (razão instrumental).



Pastor Renato Becker – IECLB

Ninguém pode servir a dois senhores: com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro (Lc 16,13).

O reformador Martim Lutero tinha uma visão muito clara da realidade social de seu tempo. As grandes casas bancárias lideradas pela família “Függer” (Augsburg – Alemanha) financiavam os príncipes europeus e também as “grandes excursões” que ousavam atravessar os mares em busca da conquista dos novos tesouros, como o ouro dos Incas e dos Astecas. Lutero criticou a usura do comércio que se aninhava no “pré-capitalismo”. Cabe frisar que a usura era proibida pela lei canônica, mas a conjuntura da época facilitava essa prática que até teve bênção relativa da Igreja.

A “ética empresarial” de Lutero transparece em muitos dos seus escritos. Para ele, os juros excessivos eram roubo. Ele entendia que a vontade de Deus implicava o perdão das dívidas dos pobres e necessitados; a ajuda gratuita para a resolução dos seus problemas financeiros; o empréstimo de dinheiro somente se a quantia fosse exatamente a necessária para a resolução das dificuldades. Os juros cobrados nunca deveriam ser maiores do que 6%. Claro que ninguém observava essa máxima. Os donos do dinheiro exploravam sempre de novo os empobrecidos, e Lutero entendia isso como “prática ímpia de idolatria”. Para ele, o credor era um servo do “Deus Dinheiro” e ponto final.

É interessante notar que Lutero converteu uma questão ética sobre Economia em questão doutrinária, quando se pôs a explicar o Primeiro Mandamento. O que quero dizer com isso? “*Eu sou o Senhor, seu Deus. Você não deve ter outros deuses além de mim*” (Ex 20,2-3). É exatamente neste Mandamento que, na negação, se percebe uma clara oposição a todos os conteúdos que compõem a vida e que podem vir a ser adorados, reverenciados como “outros deuses”. É aqui que, num lugar de destaque, se mostra o “Deus Dinheiro”, o maior ídolo da terra.

Lutero qualificou o comportamento econômico vigente de sua época como idolátrico. Ele entendia o “apego ao dinheiro” como o mais perigoso ídolo no lugar que, por natureza, era de Deus. Cabe frisar que os escritos mais importantes de Lutero são estruturados com base em três pensamentos neo-testamentários:



1. É preferível dar. A proposta que Deus dá para a Comunidade é a “doação”.
2. É preferível emprestar a pedir emprestado, e isso, sem taxa de juros.
3. É preferível dar o casaco àquele que pede nossa manta.

Assim Martim Lutero faz chegar a “*Teologia da Justificação por Graça e fé*” (somente pela graça, somente pela fé) às pessoas de senso comum. Se Deus nos dá tudo, então não nos cabe reter o que está dado para todos.

VII conferência: Crítica Teológica ao neoliberalismo

Conferencista: Jung Mo Sung
Debatedor: Vitor Galdino Feller/ITESC
Relatores: Marcelo Buss e Ederson Iarochovski

VIII conferência: Implicações Éticas sobre a Economia

Conferencista: Jung Mo Sung
Conclusões finais: Pe. Vilmar A. Vicente
Relatores: Fernando Cargnin e Tiago Tomás

Encerrando as atividades da Semana Teológica, em sua última sessão, o professor Mo Sung refletiu sobre as implicações éticas da reflexão teológica sobre a economia. Apontou alguns marcos categoriais, o modo de pensar a prática de como podemos influir, fazer a diferença na questão econômica. Eis os eixos-temáticos: complexidade, utopias e limites, níveis de ética, e o drama existencial e espiritual de quem luta e não vê mudanças.

Para se poder relacionar teologia e economia, precisamos sair de uma visão analítica, onde se separam as coisas. Na visão analítica, divide-se o problema no máximo número de partes possíveis, analisa-se cada uma rigorosamente, e depois se juntam. A sociedade é uma junção de sistemas: economia, política, cultura e religião. São coisas diferentes. A partir daí estamos acostumados a escutar que teólogo não dá palpite sobre economia e que economia não tem nada haver com religião. É assim que aprendemos a pensar, mas na vida não é assim. Nós precisamos de uma



teoria que seja capaz de dar conta disso, e a teoria que vou propor para vocês começarem a pensar é o “conceito de complexidade”.

Já ouvimos falar muito em “**complexidade**”, e ela virou a palavra da moda. Na década de 80, quando não se sabia qual era o problema, dizia-se que era falta de “conscientização”. Quando não se sabia o que fazer, diziam: vamos “conscientizar”. Hoje, quando não se sabe explicar alguma coisa, diz-se: “Ah, isso é complexo”. Mas, o que é “complexo”?

O termo vem da palavra latina “*complexus*” e significa “o que foi tecido junto”³. Há, portanto, “complexidade”, quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, político, sociológico, psicológico, afetivo, mitológico, o que, segundo o pensamento de Edgar Morin, é a religião). Tudo está misturado. Há especificidade em cada um, mas a articulação é inseparável. Há um tecido interdependente, interativo, inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e o seu contexto, as partes do todo, o todo e as partes e as partes em si mesmas. O pensamento analítico privilegia as partes, o pensamento holístico privilegia o todo; e o pensamento hologramático propõe pensar a relação entre as partes e o todo de um modo diferente. As partes estão no todo, só que o todo também está nas partes. Como? Isso parece uma contradição lógica. Explico: vejamos o exemplo de uma célula. Ela é uma parte do corpo humano, só que essa célula contém todas as informações do corpo. Esse exemplo esclarece uma nova forma de pensar a realidade.

Desse modo entendemos que a economia é uma parte da sociedade, mas todos os aspectos da sociedade estão na economia. Portanto, na economia há questões políticas, jurídicas, ecológicas e também teológicas. A teologia é uma parte do pensamento e a religião é uma parte da sociedade, e percebemos que questões econômicas estão na religião. Aqui há também questões políticas, psicológicas e sociológicas etc. Não dá para refletir as partes separadamente, se uma implica na outra. Um exemplo claro disso, e que é muito antigo, é o caso dos dez mandamentos.

Os mandamentos têm como centro o quinto, “não matarás”, que por sua vez vem casado com o quarto, “honrar pai e mãe” e com o sexto, “não cometerás adultério”. Essa ligação nos prova a sua inter-relação: não podemos analisá-los como blocos separados. Dessarte, quando falamos em teologia e economia, precisamos lembrar que a teologia não pode

³ Definição de Edgar Morin, grande sistematizador dessa teoria.



perder a especificidade de sua perspectiva teológica, mas também não pode viver como um fio isolado do mundo. Esse fio (teologia) se articula na tessitura com os outros aspectos, e isso é uma das coisas que se pode aprender com esta leitura conjugada dos dez mandamentos.

O segundo eixo-temático que nos leva a refletir sobre as implicações éticas da reflexão teológica sobre economia é a questão da **utopia** e da ação humana. Aqui consideramos um problema sério. Falar de utopia gera mais polêmica do que falar nos dez mandamentos, pois utopia muitas vezes é entendida como algo impossível de se realizar; aquilo que ainda não tem lugar na realidade etc. Contudo, neste caminho que estamos percorrendo, “utopia” vem a ser um horizonte de perfeição. Por exemplo: um engenheiro, quando quer fabricar um motor econômico, qual é o objetivo final que ele quer alcançar? Um motor que não precise de combustível! E ele tenta construir motores que precisem cada vez menos de combustível. É a ideia da perfeição que o faz continuar tentando.

Assim sendo, a utopia vem ser um horizonte de perfeição que nos dá sentido para compreender e caminhar. Se eu tenho uma utopia, eu olho para a realidade de um modo diferente: a utopia torna-se um critério para julgar o presente, olhando para o futuro. Cada utopia dá sentido para o presente e um rumo para as ações. Por isso entendemos que a “utopia do Reino de Deus” é um horizonte para nossa vida, pois todos queremos um mundo mais justo, fraterno e igualitário. O grande problema das nossas lutas é que medimos as nossas conquistas não a partir de onde saímos, mas a partir do horizonte, que nunca chega. É preciso, portanto, que haja uma mudança de mentalidade nas reflexões e no modo de conduzir as nossas ações.

Para entender racionalmente isso, percebemos quatro tipos de limites que nos rodeiam e que de certa forma vão nos intimidando frente às ações. O limite técnico-operacional, por exemplo: “eu não sei falar russo, mas posso aprender”. Nós ainda não temos energia elétrica sem fio, mas podemos ter, tecnicamente falando não é impossível. Quem poderia imaginar que teríamos internet sem fio, onde em qualquer canto e lugar há pessoas se conectando?

Existe outro tipo de limite que chamamos de “**limite sistêmico**”. Numa sociedade escravagista, é impossível que todos sejam livres. Portanto, para que todos sejam livres, é preciso superar o sistema. Existe também o limite humano-histórico, por exemplo: “eu não posso voar sem equipamento, eu não posso viver eternamente, eu não posso estar



em três lugares ao mesmo tempo”. O que nós não gostamos, quando falamos de utopia, é isso. Certas coisas nós mudamos com a evolução, outras coisas nós não conseguimos mudar. Só que entre o limite lógico e o limite da condição humana existe um espaço, e esse espaço é o espaço do desejo que transcende a nossa possibilidade. Nós somos capazes de desejar o impossível, seja para o mal, seja para o bem. O ser humano é a única espécie que é capaz de desejar o impossível, pensar além do biológico. É por isso que o ser humano pode pensar em Deus, pode pensar na vida eterna.

Se conseguirmos perceber esses limites, ao discutir a partir da perspectiva ético-teológica no mundo, é preciso perceber que há níveis diferentes da ética na vida prática. Existe o nível dos princípios éticos universais, como por exemplo: “é preciso defender a vida”. Mas a vida não se defende assim. De fato, para defender a vida, a pessoa precisa ter diretrizes: defender a vida de quem? que tipo de vida? Consequentemente, são necessárias estratégias éticas, o que é o segundo nível na vida prática: temos recursos escassos, temos conhecimento escasso, tempo escasso, dinheiro escasso, pessoas em número escasso. Fazem-se necessários uma organização e um planejamento de ações. Dentro dessas estratégias éticas, precisamos descobrir quais os tipos de técnicas que temos à disposição. É o que chamamos de **discernimento ético** – terceiro nível da ética na vida prática.

Através desses níveis da ética na vida prática, vamos percebendo que são muitos os olhares e caminhos que nos levam a determinada conquista. Entretanto, nem todos esses caminhos nos apontam seguranças. Diante da reflexão que aqui nos propomos, percebemos que existem modos diferentes de se administrar o capitalismo. E, se queremos mudanças na sociedade, precisamos começar por nós mesmos, pelos nossos desejos e nossas conquistas, nossas utopias e lutas diárias. “Não há esperança se não houver dor”!

O reinado de Deus não é “uma nova sociedade”, pois ele não acontece se não somos nós que o construímos. Deus, que é Amor, “reina”, quando nós praticamos o amor solidário e a luta pela justiça nos faz tornar mais humanos. Eis a nossa vocação: tornar-nos mais humanos, porque nós amamos e somos amados por pessoas que se descobrem humanas nessa presença da Igreja, dos cristãos e das pessoas de reta vontade.